



# DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei Nº 1856/2009

## MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

SEXTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2014

ANO: I

EDIÇÃO Nº: 0403-28 Pág(s)

[www.cidadegaucha.pr.gov.br](http://www.cidadegaucha.pr.gov.br)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

### LEI Nº 2.114/2014

**Ementa:** Disciplina o exercício do comércio ambulante no município de Cidade Gaúcha - Pr.

**Preâmbulo:** A Câmara Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná - Aprovou, com fulcro legal na Lei Orgânica do Município, na Constituição da República Federativa do Brasil, eu **Alexandre Lucena** – Prefeito Municipal – no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte Lei;

#### CAPÍTULO I

##### DA DEFINIÇÃO

**Art. 1.º** - Define-se como comércio ambulante, atividade de venda a varejo de mercadorias, realizadas em logradouros públicos, exercido individualmente, por pessoa física ou jurídica (MEI) sem vinculação com terceiros e sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.

**Parágrafo único.** Considera-se também como comércio ambulante o exercido em instalações removíveis, como: Trailers, balcões, mesas, tabuleiros e semelhantes, exceto as bancas em feiras livres; desde que definida, por meio de regulamento, a localização específica e padronizada dos equipamentos.

#### CAPÍTULO II

##### DO EXERCÍCIO

**Art. 2.º** - O exercício do comércio ambulante no Município far-se-á segundo as atividades definidas para cada região urbana, através de profissionais autônomos, sem vinculação com terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, ressalvado o disposto no artigo 13, nos locais, dias, horários e padrões previamente determinados, mediante licença concedida pela Municipalidade, observadas as exigências desta Lei e de seu regulamento.

#### CAPÍTULO III

##### DA LOCALIZAÇÃO

**Art. 3.º** - O comércio ambulante só poderá ser exercido em vias públicas de uso comercial.



# DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei Nº 1856/2009

## MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

SEXTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2014

ANO: I

EDIÇÃO Nº: 0403-28 Pág(s)

[www.cidadegaucha.pr.gov.br](http://www.cidadegaucha.pr.gov.br)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**Art. 4.º** - É vedada a concessão de licença para o exercício do comércio ambulante em canteiros centrais.

**Art. 5.º** - Os equipamentos para exercício do comércio ambulante poderão se localizar em imóveis particulares ou nos passeios públicos, desde que não causem prejuízos à visualização da sinalização de trânsito, no caso de passeios públicos, não poderá ser fixo.

**Art. 6.º** - Não será permitido o exercício do comércio ambulante:

**I** - num raio de 50 (cinquenta) metros dos portões de entrada e saída dos estabelecimentos escolares e dos postos de saúde;

**Art. 7.º** - A localização do ponto de exercício do comércio ambulante poderá ser alterada pela Administração Municipal quando, em função do desenvolvimento urbano, o local se tornar inadequado para a atividade.

**Parágrafo único.** Ocorrendo a hipótese prevista no caput, o vendedor ambulante será notificado, por escrito, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, remova o equipamento do local em que se encontra, instalando-o no ponto indicado.

### CAPÍTULO IV

#### DOS EQUIPAMENTOS

**Art. 8.º** - Os equipamentos utilizados no comércio ambulante obedecerão aos seguintes padrões:

**I** - carrinhos de mão para cachorro-quente, de pequeno porte, com tamanho limite de 0,80m de largura X 1,00m de comprimento;

**II** - carrinhos de mão para cachorro-quente, de médio porte, com tamanho limite de 1,80m de largura X 2,30m de comprimento;

**III** - carrinhos de mão para pipocas, amendoim, doces e demais guloseimas e frutas, de pequeno porte, com tamanho limite de 0,80m de largura X 1,50m de comprimento;

**IV** - equipamentos de tração mecânica para caldo de cana, frutas, legumes e verduras e ovos, de médio porte, com tamanho limite de 1,50m de largura X 2,00m de comprimento, e também veículos de pequeno porte, como kombi e camionetas;



# DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei Nº 1856/2009

## MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

SEXTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2014

ANO: I

EDIÇÃO Nº: 0403-28 Pág(s)

[www.cidadegaucha.pr.gov.br](http://www.cidadegaucha.pr.gov.br)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**V** – Trailer de Lanches ou Carrinhos Galvanizados, com tamanho limite 1 a 2 m de largura X de 2 a 5 m de comprimento.

**§ 1.º** - Os carrinhos de mão poderão ocupar até 40% (quarenta por cento) da largura dos passeios públicos, respeitada uma faixa transitável em linha reta de no mínimo 1,20m, sendo vedada sua instalação em passeios com largura inferior a 3 (três) metros.

**§ 2.º** - Para o exercício do comércio ambulante na área central da Cidade, os equipamentos deverão ter as características fixadas no inciso I.

**§ 3.º** - Os equipamentos de tração mecânica (Trailer) que ocuparem parte da via pública deverão estar licenciados e emplacados, na forma da legislação de trânsito.

### CAPÍTULO V

#### DOS PRODUTOS

**Art. 9.º** Serão permitidos para o comércio ambulante os seguintes produtos:

**I** – Lanches tipo: cachorro-quente, sanduíche, bauru, x salada e congêneres;

**II** – Salgados Fritos e Assados;

**III** - caldo de cana;

**IV** - pipocas, amendoim, doces e demais guloseimas;

**V** - sorvetes;

**VI** - frutas;

**VII** - legumes e verduras;

**VIII** - ovos;

**IX** – sucos, refrigerantes e água mineral.

**Art. 10** - É proibida, no comércio ambulante, colocar à venda mercadorias que não estejam em perfeitas condições de consumo, desatendendo quanto aos produtos alimentícios ou qualquer outro de interesse da saúde pública, ao disposto no Código Sanitário do Estado e respectivo Regulamento.



# DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei Nº 1856/2009

## MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

SEXTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2014

ANO: I

EDIÇÃO Nº: 0403-28 Pág(s)

[www.cidadegaucha.pr.gov.br](http://www.cidadegaucha.pr.gov.br)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**Art. 11 -** Nos lanches do tipo cachorro-quente será permitido o acréscimo dos seguintes ingredientes:

**I** - defumados, tais como bacon e calabresa;

**II** - saladas prontas e resfriadas;

**III** - batata-palha.

**Art. 12 -** Os sucos e sorvetes deverão ser comercializados em carrinhos de mão de pequeno porte e modelo padronizado.

### CAPÍTULO VI

#### DO LICENCIAMENTO

**Art. 13 -** O licenciamento do comércio ambulante será orientado pela ponderação dos seguintes dados do interessado:

**a)** tempo mínimo de 01 (um) ano de residência no Município de Cidade Gaúcha;

**b)** grau de dificuldade para prover o sustento próprio e de sua família, que será avaliado por meio de levantamento das condições socioeconômicas do interessado, efetuado em sua residência, e de exame dos documentos apresentados;

**c)** condições, tipo e local de sua habitação;

**d)** idade;

**e)** se é portador de deficiência física;

**f)** número de filhos menores em idade escolar;

**g)** grau de instrução escolar;

**h)** se é aposentado e o valor dos respectivos proventos;

**i)** se é viúvo ou viúva.



# DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei Nº 1856/2009

## MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

SEXTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2014

ANO: I

EDIÇÃO Nº: 0403-28 Pág(s)

[www.cidadegaucha.pr.gov.br](http://www.cidadegaucha.pr.gov.br)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**Parágrafo único.** Os interessados portadores de deficiência física deverão requerer a concessão da licença através da associação a que pertençam, ou, diretamente, comprovando a deficiência mediante a apresentação de laudo médico.

**Art. 14.** A licença para o exercício do comércio ambulante terá caráter precário e validade somente para o exercício em que for concedida.

**Art. 15.** A licença poderá ser renovada indefinidamente, a critério da Administração Municipal.

**Art. 16.** Para a renovação da licença, o vendedor ambulante deverá participar de curso de reciclagem anual oferecido pela Municipalidade.

**Art. 17.** A existência de débitos para com a Municipalidade, referente ao comércio ambulante, impedirá a renovação da licença.

**Art. 18.** Será licenciado o exercício de uma única atividade por vendedor ambulante.

**Art. 19.** A Administração Municipal poderá limitar a concessão de licenças para o exercício do comércio ambulante na área central da Cidade, quando julgar necessário.

**Art. 20.** A licença para o exercício do comércio ambulante é de caráter pessoal e intransferível, servindo exclusivamente para o fim nela indicado, e somente será expedida em favor de pessoas que apresentem condições físicas e mentais para desempenhar a atividade e demonstrem a real necessidade de seu exercício.

**Art. 21.** Constarão da licença para o comércio ambulante os seguintes elementos:

**I** - número da licença/inscrição;

**II** - nome do vendedor ambulante e respectivo endereço;

**III** - indicação do tipo de atividade licenciada, com indicação das mercadorias objeto da comercialização

**IV** - local e horário de exercício da atividade;

**V** - equipamento utilizado;

**VI** - número do CNPJ e da cédula de identidade e do cartão de inscrição no CPF/MF do vendedor ambulante;



# DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei Nº 1856/2009

## MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

SEXTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2014

ANO: I

EDIÇÃO Nº: 0403-28 Pág(s)

[www.cidadegaucha.pr.gov.br](http://www.cidadegaucha.pr.gov.br)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**VII** - uma foto 3x4 recente.

**Art. 22.** A licença para o comércio ambulante só poderá ser transferida, no caso de falecimento do titular, para a viúva ou o filho maior, desde que comprovado o desemprego e a dependência econômica familiar da atividade.

**Art. 23.** Poderão exercer a atividade nos equipamentos utilizados para o comércio ambulante apenas a pessoa licenciada (vendedor autônomo) integrantes da família, e um ajudante, desde que esteja cadastrado junto à Municipalidade, sendo vedada a manutenção de empregados.

### CAPÍTULO VII

#### DAS OBRIGAÇÕES

**Art. 24.** São obrigações comuns a todos os vendedores ambulantes:

**I** - comercializar somente as mercadorias especificadas na licença e exercer a atividade nos limites do local demarcado, de acordo com os padrões estabelecidos e dentro do horário estipulado;

**II** - colocar à venda mercadorias em perfeitas condições de consumo, e a conservação de alimentos, atendido, quanto aos produtos alimentícios ou qualquer outro de interesse da Saúde Pública, o disposto na legislação sanitária do Município e do Estado;

**III** - portar-se com urbanidade e respeito para com o público em geral e os colegas de profissão;

**IV** - não permitir algazarras ou qualquer outro tipo de barulho, provocados ou ocasionados pelos frequentadores de seu carrinho ou equipamento, de forma a não perturbar o sossego e a tranquilidade pública;

**V** - acatar rigorosamente as ordens emanadas das autoridades municipais, bem como exibir, sempre que exigido, os documentos que os habilitam para o exercício de suas atividades;

**VI** - Fixar e deixar a mostra, o ALVARÁ de LICENÇA e manter a licença para o exercício do comércio ambulante devidamente renovada;

**VII** - manter em rigoroso estado de limpeza os seus equipamentos, as mercadorias expostas à venda, bem como o local e imediações onde estiver exercendo a atividade, colocando à disposição do público lixeiras, para serem lançados os detritos resultantes de seu comércio;



# DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei Nº 1856/2009

## MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

SEXTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2014

ANO: I

EDIÇÃO Nº: 0403-28 Pág(s)

[www.cidadegaucha.pr.gov.br](http://www.cidadegaucha.pr.gov.br)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**VIII** - zelar pelos logradouros públicos, de forma a não danificar árvores, bancos, calçadas, muros, portões e jardins públicos ou particulares, bem como veículos;

**IX** - usar guarda-pó, boné ou touca, bem como manter o asseio pessoal durante o período de funcionamento;

**X** - transportar os equipamentos e bens de forma a não impedir ou dificultar o trânsito de pedestres e veículos;

**XI** - usar máscara e luvas descartáveis, quando da manipulação dos produtos comercializados;

**XII** - manter tabela de preços à mostra.

**XIII** - Identificar o seu veículo, carrinho, trailer, etc.. com sinais e letreiros próprios da Comercialização Ambulante; ou seja COMÉRCIO AMBULANTE AUTORIZADO

### CAPÍTULO VIII

### DAS PROIBIÇÕES

**Art. 25.** É expressamente proibido ao ambulante:

**I** - comercializar, arrendar ou alugar o ponto de exercício do comércio ambulante;

**II** – desacatar ordens dos fiscais incumbidos de realizar tarefas de fiscalização;

**III** - colocar caixas ou quaisquer outros objetos nos passeios e logradouros públicos;

**IV** - comercializar mercadorias não qualificadas no termo de autorização e nos cruzamentos de ruas e canteiros centrais;

**V** - efetuar qualquer tipo de publicidade nos carrinhos ou equipamentos ;

**VI** - manipular qualquer produto diretamente sobre os carrinhos;

**VII** - fazer alicerces, muretas, ligação de água, bem como qualquer mudança no carrinho ou equipamento, que venha desvirtuar a atividade;

**VIII** - utilizar-se de encerados, lonas, plásticos, toldos fixos ao chão ou qualquer outro tipo de cobertura nos carrinhos e equipamentos.



# DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei Nº 1856/2009

## MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

SEXTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2014

ANO: I

EDIÇÃO Nº: 0403-28 Pág(s)

[www.cidadegaucha.pr.gov.br](http://www.cidadegaucha.pr.gov.br)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**IX** - servir, nos carrinhos ambulantes, maionese, ketchup, mostarda ou qualquer tipo de molho ou condimento similar em sacos plásticos ou embalagens que permitam recarga, como bisnagas, vidros e outros;

**X** - manter carrinhos ou equipamentos sob as marquises das edificações;

**XI** - utilizar aparelhos eletroeletrônicos, de SOM, nos carrinhos ou equipamentos, com exceção de uma geladeira ou um freezer, vetado e televisão, desde que seu uso não gere incômodo à vizinhança.

### CAPÍTULO IX

#### DAS PENALIDADES

**Art. 26.** Aos infratores dos dispositivos desta Lei serão aplicadas as seguintes penalidades, sucessiva ou cumulativamente, a critério da autoridade administrativa, analisadas as circunstâncias atenuantes ou agravantes da infração:

**I** - notificação de advertência;

**II** - multa no valor equivalente de 05 a 10 "UFM" Municipal.

**III** - apreensão das mercadorias e equipamentos;

**IV** - suspensão da licença;

**V** - cassação da licença.

**Art. 27.** O recebimento de quatro notificações ou mais durante o exercício impedirá a renovação da licença.

**Art. 28.** O não comparecimento do ambulante habilitado ao local autorizado, sem justa causa, por prazo superior a 15 (quinze) dias, implicará a cassação da licença.

**Art. 29.** Das sanções impostas aos infratores caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

**Art. 30.** Sem prejuízo dos tributos devidos e das sanções aplicáveis à espécie, a Administração Municipal, através dos agentes fiscais, apreenderá e removerá para seus depósitos qualquer mercadoria ou objeto deixado ou colocado em local não permitido, inclusive nas vias e logradouros públicos, sem autorização ou licença da Municipalidade.





# DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei Nº 1856/2009

## MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

SEXTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2014

ANO: I

EDIÇÃO Nº: 0403-28 Pág(s)

[www.cidadegaucha.pr.gov.br](http://www.cidadegaucha.pr.gov.br)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**Art. 31.** A apreensão consiste na tomada das mercadorias e objetos que constituem a infração ou com os quais esta é praticada.

**Art. 32.** No caso de apreensão, lavrar-se-á auto próprio, em que se discriminarão as mercadorias ou objetos apreendidos, com seus respectivos valores, cuja devolução será feita imediatamente, à vista da documentação de identidade ou CPF, cópia do auto de apreensão e comprovante do pagamento da respectiva multa.

**§ 1.º** As mercadorias não perecíveis apreendidas e não reclamadas no prazo de 30 (trinta) dias serão doadas a entidades assistenciais, mediante comprovante de recebimento das mesmas, em que constará a espécie e a quantia das mercadorias.

**§ 2.º** Em se tratando de mercadorias perecíveis ou outra qualquer de interesse da Saúde Pública, será adotado o seguinte procedimento:

**I** - submeter-se-á a mercadoria à inspeção sanitária, pelos técnicos da Saúde Pública; constatada a deterioração ou qualquer outra irregularidade, dar-se-á destino adequado à mercadoria;

**II** - não sendo apurada qualquer irregularidade quanto ao estado da mercadoria, dar-se-á prazo de 01 (um) dia para sua retirada, desde que esteja em condições adequadas de conservação; expirado o prazo, será a mercadoria entregue a uma ou mais instituições de caridade locais, mediante comprovante de recebimento da mesma.

## CAPÍTULO X

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 33.** O responsável por carrinho ou equipamento com dimensões irregulares terá direito, mediante requerimento, a licença especial para a manutenção de seu tamanho, desde que o funcionamento nessa condição tenha sido autorizado pela Municipalidade.

**Art. 34.** Fica criada uma Comissão Permanente, composta por cinco membros, sendo: um da Administração Municipal, um da Secretaria Municipal da Saúde, um da Câmara Municipal e um da Vigilância Sanitária Municipal e um da Associação Comercial, à qual competirá:

**I** - opinar sobre a concessão e renovação de licença para o exercício do comércio ambulante;

**II** - opinar sobre a imposição das penalidades previstas nesta Lei;

**III** - orientar a Administração Municipal na execução e regulamentação das normas desta Lei;



# DIÁRIO OFICIAL

De acordo com a Lei Nº 1856/2009

## MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

SEXTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2014

ANO: I

EDIÇÃO Nº: 0403-28 Pág(s)

[www.cidadegaucha.pr.gov.br](http://www.cidadegaucha.pr.gov.br)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**IV** - propor medidas que visem ao aprimoramento da disciplina legal e do gerenciamento do exercício do comércio ambulante no Município de Cidade Gaúcha;

**V** – Designar os pontos onde serão destinados ao comércio ambulante, especificamente para trailers.

**Art. 35.** A fiscalização do comércio ambulante compete ao Executivo, através de seus agentes fiscais e de saneamento.

**Art. 36.** Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos pela Administração Municipal, ouvida a Comissão Permanente de que trata o artigo 35.

**Art. 37.** A Administração Municipal, através de ato fundamentado, poderá limitar a atividade objeto desta Lei, sempre que o interesse público o exigir.

**Art. 38.** O valor anual da permissão, a forma de seu pagamento, os locais e horários permitidos para o estacionamento dos trailers ou outros veículos utilizados para a prestação do serviço de que trata esta Lei e demais exigências a serem atendidas pelos permissionários serão definidos em regulamento.

**Art. 39.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha - Pr, em 05 de Fevereiro de 2014.

**Alexandre Lucena**

Prefeito Municipal